



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Luiz Cláudio (PR/RO)**

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

REQUERIMENTO Nº , 2018
(Do Sr. LUIZ CLAUDIO)

Requer nos termos regimentais realizar audiência pública nesta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, sobre a atual situação da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia – BERON em processo de renegociação pela União.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24 inciso III, VII. IX e do art. 32 inciso XI letras b e f, do Regimento Interno, requiero a Vossa Excelência, ouvido o plenário dessa Comissão, realizar audiência pública com a presença dos convidados abaixo relacionados, no âmbito dessa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, sobre a atual situação da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia – BERON e sobre a análise de renegociação da dívida proposto pelo Estado de Rondônia que eleva a dívida de R\$ 2.106.684.884,51 para R\$ 7.748.806.860,48.

Convidados:

1. **Sr. Eduardo Guardia – Ministro de Estado da Fazenda,**
2. **Sr. Daniel Pereira – Governador do Estado de Rondônia;**
3. **Secretário do Tesouro Nacional**
4. **Secretário de Estado da Fazenda de Rondônia;**
5. **Deputado Estadual Maurão de Oliveira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia;**
6. **Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;**
7. **Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia**

JUSTIFICATIVA

O Estado de Rondônia apresentou proposta de renegociação da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia – BERON, divida esta que está suspenso o seu pagamento por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal e também questionada na mesma Corte. Porém o



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Luiz Cláudio (PR/RO)**

Estado de Rondônia, por seu Governador Confúcio Moura, em Dezembro de 2017, apresentou proposta não só reconhecendo a dívida de R\$ 2.106.684.884,51 como propondo a renegociação elevando a dívida ao valor de R\$ 7.793.947.551,66.

É de competência desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle o acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária e operacional dos recursos da União, bem como a avaliação dos ajustes fiscais promovidos pela União com os Estados.

É inaceitável uma situação como esta, a assunção e renegociação de uma dívida como está, inviabiliza totalmente o estado de Rondônia, deixando-o em situação precária, com dívida altíssima e sem qualquer capacidade de investimento e, se quer, honrar compromissos.

Há de se destacar que a referida dívida foi questionada pela gestão anterior junto ao Supremo Tribunal Federal e que no mérito ainda não veio a decidir, sendo de total irresponsabilidade a assunção da dívida e mais ainda uma renegociação que extrapola a responsabilidade fiscal a ser promovida.

Pelo exposto, solicito aos pares o apoio à aprovação do Requerimento para que os convidados possam apresentar esclarecimentos sobre a gravíssima situação fiscal do estado de Rondônia e a assunção da dívida em tela.

Sala das Comissões, abril de 2018.

Deputado LUIZ CLAUDIO
PR/RO